

ADSE – Instituto Público de Gestão Participada

É preciso travar a desresponsabilização do Estado-Patrão

António Nabarrete, membro eleito para o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE

A ADSE nasceu em 1963 como uma primeira cobertura de saúde para os funcionários públicos, representando ao mesmo tempo o papel de complemento salarial. Aliás, só em 1979 foi criado o primeiro desconto, de 0,5%, a aplicar nos vencimentos dos funcionários e agentes da administração pública central, regional e local, ficando isentos os aposentados.

Daí para cá a ADSE sofreu muitas alterações, mas manteve-se, até agora, como um organismo situado no âmbito das relações laborais do Estado com os seus trabalhadores. A própria comissão nomeada pelo atual governo para a “Reforma da ADSE”, salienta no seu relatório que na *“apreciação do papel da ADSE, [...] considera, maioritariamente, que a revisão do modelo institucional, estatutário e financeiro da ADSE tem de ser enquadrado como sendo parte das relações laborais do Estado com os seus trabalhadores, e não como um problema de organização do sistema de saúde português”*. O próprio Tribunal de Contas, no seu último Relatório de Auditoria, defende a autonomia administrativa-financeira da ADSE, a sua manutenção na Administração Pública e a participação dos quotizados na sua governação.

Deste modo, a ADSE, cujo modelo de funcionamento assenta no apoio na doença aos trabalhadores e aposentados da Função Pública, assim como aos filhos destes (por um certo período e em condições bem definidas) e aos cônjuges sem rendimento e sem qualquer outro sistema complementar de saúde, deve continuar a basear-se na solidariedade interprofissional e intergeracional o que constitui, a par da sua ligação ao Estado como entidade patronal com responsabilidades sociais indiscutíveis perante os seus trabalhadores, a sua matriz mais profunda.

Acresce a isto que a ADSE nunca ofereceu diretamente cuidados de saúde aos seus beneficiários, através de hospitais próprios, por exemplo, e assim deve continuar apesar das pressões existentes para a compra de um hospital que está a atravessar graves dificuldades financeiras.

A ameaça da “mutualização progressiva”

A ADSE não põe em causa o SNS, muito pelo contrário. Os mais de um milhão e duzentos mil beneficiários da ADSE, que para ele contribuem como quaisquer outros cidadãos, funcionam, isso sim, como uma das mais eficazes válvulas de escape para um SNS com cada vez menos capacidade de resposta adequada à maioria dos portugueses. Em resultado da falta de investimento, principalmente na última década, o SNS já entrega anualmente aos privados mais de 3.900 milhões de euros, uma verba absolutamente astronómica que significa que a sua privatização, que todos temos o dever de impedir, está em marcha acelerada violando grosseiramente a Constituição da República Portuguesa. Já se tornou um (mau) hábito, e não só no seio da comunicação social, usar indistintamente a expressão Serviço Nacional de Saúde ou Sistema Nacional de Saúde (que inclui os privados) seguindo a velha máxima neoliberal de que não interessa quem disponibiliza os serviços desde que eles sejam garantidos. Todos sabemos como acabam essas garantias!

Deste modo, a ADSE deve ser bem gerida e fiscalizada, com a participação dos beneficiários. Não deve entrar em negócios de compra de unidades hospitalares que, para além do perigo que acarretam para a sua sustentabilidade tornarão desigual (no todo nacional) a oferta de serviços de saúde. Deve voltar a ter a participação financeira do Estado uma vez que este é o maior patrão do país com acrescidas responsabilidades sociais perante os seus trabalhadores, os seus familiares e os aposentados.

Mas, sejamos claros. O actual modelo transitório da ADSE, sob a forma de Instituto Público de Gestão Participada, com uma tutela dupla repartida entre as Finanças e a Saúde, não se prolongará muito no tempo a não ser que façamos alguma coisa por isso no plano político. Não porque seja a solução mais eficaz mas porque, apesar de tudo, mantém alguma

responsabilização do Estado e a presença dos beneficiários na sua gestão, ainda que de forma muito mitigada.

Senão vejamos. Enquanto o programa eleitoral do PCP de 2015 não faz qualquer referência à ADSE, como se um serviço complementar de saúde que já abrangeu quase 1,5 milhões de beneficiários, e que aumentou o desconto dos seus titulares de 1,5% para 3,5% durante o período da Troika, não tivesse importância nenhuma, o Bloco de Esquerda, pelo seu lado, faz uma única referência à ADSE no seu manifesto eleitoral de 2015 e é pela negativa. Postula, na página 25 desse manifesto, que o plano dos grupos económicos e da direita consiste em transformar o SNS numa “super ADSE”, e que a inclusão desta “no Ministério da Saúde é um passo nessa direcção”. Já o PSD e o CDS, no programa eleitoral de 2015, página 42, pretendem “reconfigurar o modelo de governação da ADSE, atribuindo-lhe crescente autonomia, alargando o seu âmbito a outros trabalhadores, designadamente aos em regime de contrato individual de trabalho na Administração Pública, com regras que preservem a sua sustentabilidade.” Todos sabemos que a crescente autonomia significa desresponsabilização do Estado nesta matéria. Quanto ao PS, que está no governo, postulou no seu programa eleitoral de 2015, página 44, que a ADSE deve caminhar para a mutualização progressiva, “abrindo a sua gestão a representantes legitimamente designados pelos seus beneficiários, pensionistas e familiares”. Esta orientação foi transcrita na íntegra para o programa de governo do PS da presente legislatura.

Não ignoramos o que tem sido o mutualismo em Portugal, cujo exemplo de captura por interesses espúrios nos tem saltado à vista com o caso do Montepio. Mas, mais importante do que isso, é a evidência de que quer o PS, quer o PSD/CDS, consideram que o Estado não deve ter qualquer responsabilidade social neste campo da saúde relativamente aos seus trabalhadores e que o PCP e o Bloco de Esquerda fazem tábua rasa da ADSE. Este último servindo-se dela como exemplo negativo.

Por uma ADSE pública e sustentável

Com este enquadramento, devemos pugnar por uma ADSE pública e sustentável, obrigando o Estado a cumprir a suas obrigações sociais perante os seus trabalhadores, aposentados e

familiares, tendo em vista permitir baixar, faseadamente, o nível brutal de desconto de 3,5% para o que existia no período antes da Troika.

Temos de pugnar por uma ADSE que abranja todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo laboral, sem diferenciação de direitos e deveres.

Temos de pugnar por uma ADSE bem gerida, que não seja capturada por interesses financeiros dos grandes grupos económicos da saúde ou caia na mão das seguradoras.

É isso que fazem os três eleitos, pelos beneficiários, da Lista G no Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, entre os quais me incluo.

É isso que todos temos de fazer no plano político!

Nota: o autor não usa o Novo Acordo Ortográfico.